

# O ECCO DE BARCELLOS.



Só em Barcellos houve alardo um dia,  
Em que o Sol pelos campos dilatados  
Com terrível e fera galhardia  
Desasete mil peitos vio armados.

[Poema Epitafio de Manoel de Gallegos. Oitava 81].

REDACTOR PRINCIPAL E EDITOR RESPONSAVEL, DAVID DE BARROS E SILVA BOTELHO.

PREÇO D'ASSIGNATURA.	PUBLICA-SE AS QUARTAS-FEIRAS E SABBADOS.	E COM ESTAMPILHAS.
Por um anno..... 2\$100	Numero avulso 30 rs. Anuncios e Correspondencias, por linha 40 rs. Repetições 20 rs. Para os snrs. assignantes por linha 20 rs. repetições 10 rs.	Por um anno ..... 2\$920
Por seis mezes..... 1\$200	Os annuncios e correspondencias, devem ser remettidas francas de porte ao redactor do ECCO DE BARCELLOS.	Por seis mezes ..... 1\$460
Por tres mezes..... \$600	Assigna-se em Barcellos na loja de Joaquim Alves Vallongo e Souza, rua Direita n.º 30.	Por tres mezes ..... \$730
		Para o Estrangeiro accresce o porte.

## BARCELLOS 1.º DE FEVEREIRO.

Entre os projectos apresentados no parlamento pelo snr. ministro da fazenda, conta-se o que tem por fim a capitalisação das dividas antigas do Estado, pela conversão dos titulos que as representam em Inscriptões da Junta do Credito Publico.

O credito é para os individuos como para os Estados, elemento primordial da formação e desenvolvimento da riqueza; e se a cada individuo convem firmal-o no interesse da sua fortuna particular, —aos governos está imposta a necessidade de o procurar e estabelecer, em nome e no interesse de todos—.

E' evidente que para estabelecer na ordem financeira o credito d'uma nação, se deve considerar imprescriptivel o direito dos antigos credores, como meio unico de inspirar e robustecer a confiança no devedor, alimentando assim a permanencia do credito nacional.

A lei e a opinião encontram-se sempre em seus juizos; e se uma e a outra condemnam os individuos que—não fazem honra— ás suas dividas, pois até mesmo das contrahidas ao jogo, a opinião assim julga, com maioria de razão se dá para os governos o mesmo caso.

Não podemos pois, em principio, deixar de louvar o empenho que o snr. ministro da fazenda tomou de attender com uma medida legislativa, as justas reclamações dos possuidores de titulos da divida publica, que não está capitalisada.

Concordamos com o pensamento do projecto, não assim com os meios propostos para a sua realisação.

Parece-nos em primeiro lugar, que se não dá na classificação ou

antes graduação que regula o valor dos titulos para a conversão em Inscriptões, uma avaliação tão justa como era para desejar, calculada pela natureza delles.

E uma louvação, se não justa pelo menos equitativa, é a nosso vêr indispensavel, quer para determinar o valor de taes titulos, no cazo de conversão, quer no d'amortisação, que é talvez o que deve preferir-se.

Com um deficit, como o que se accusa no orçamento apresentado na Camara electiva, pelo snr. Avila, toda a medida que tenda a crear despeza permanente, é um mal, que longe de favorecer o credito publico, o prejudicará. O juro da divida capitalisada absorvejá, mais de um terço da receita geral do Estado!

Os governos, de ha alguns annos, para fazerem face a todas as despesas extraordinarias, e para hypotheca de todos os emprestimos, soccorrem-se á criação e emmissão de Inscriptões com vencimento de juro, e assim vai sempre na razão crescente o immenso encargo da dotação da Junta do Credito. Não é por este modo que pôde haver confiança no futuro, fortificar-se o credito nacional, e regenerarem-se as finanças do Estado.

A abundancia d'Inscriptões depreciará o seu valor no mercado, e cremos por tanto, que tratando-se de converter em lei o projecto de desamortisação, será erro funesto toda a medida que concorra para prejudicar na confiança publica, os titulos da divida capitalisada.

E' de justiça que se reconheça o bom direito dos antigos credores do Estado; porém a amortisação gradual, é, segundo o nosso juizo, o unico meio, que sem inconveniente de maior, se pôde seguir e adoptar, para esse fim.

Corte-se por toda a despesa inutil e improductiva (e ha muito por onde cortar), e vote-se na lei de despesa, a exemplo do que se fez para a amortisação das notas do Banco de Lisboa, uma quantia certa, para se írem amortisando os titulos das dividas antigas do Estado.

Assim se attenderá ao direito dos possuidores d'esses titulos, sem se comprometterem interesses que cumpre acautelar.

## PARTE OFFICIAL.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO.

#### Direcção geral de administração politica.

Dom Pedro, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

#### TITULO I

Da reforma dos vinculos existentes ao tempo da promulgação desta lei.

Artigo 1.º Ficam desde já livres e allodiaes no dominio e posse dos actuaes administradores:

- 1.º Todos os bens moveis e semoventes que hoje se acham vinculados;
- 2.º Os juros vinculados de capitaes que estão fóra do mesmo vinculo, embora sejam estes capitaes livres ou allodiaes, ou estejam vinculados em outros vinculos;
- 3.º Os capitaes pertencentes a vinculos que estiverem depositados para serem invertidos em predios ou em bemfeitorias;
- 4.º Os terrenos incultos e os edificios desmoronados ou em ruinas ao tempo da publicação desta lei.

§ 1.º São reputados terrenos incultos para os effeitos d'esta lei os maninhos, as mattas não afolhadas, as charnecas e os paues.

§ 2.º Os edificios de que trata o presente artigo sómente se consideram desvinculados, quando passados tres annos depois da publicação d'esta lei, não tiverem sido reparados, ou quando não estiverem annexos a predio rustico, do qual o edificio fórme parte integrante.

Art. 2.º Os arrendamentos de qualquer duração ou natureza, que comprehenderem os bens de que trata o n.º 4.º do artigo 1.º, ficam annullados na parte respectiva, e os encargos e dividas do administrador, que pesam sobre estes bens, passam, nos termos d'esta lei, para os outros bens vinculados que tiver o administrador do vinculo.

Art. 3.º Quaesquer promessas de arrendamento por mais de dez annos de quaesquer bens vinculados, são consideradas de nenhum effeito.

Art. 4.º Ficam abolidos todos os morgados, ou capellas que não tiverem de rendimento annual liquido 400\$ reis ou d'ahi para cima.



Art. 3.º Se no mesmo administrador, ou no administrador e no seu conjuge, se reunirem dois ou mais vinculos, ou se sendo administradores de alguns vinculos forem ao mesmo tempo immediatos successores de outros, de modo que todos reunidos prefacem o rendimento annual liquido de 600\$ reis, a abolição é facultativa, e não querendo usar d'ella podem annexar todos os vinculos em um só, por meio de uma escriptura, na qual intervenham os administradores e os immediatos successores ou quem os represente.

Art. 5.º Ficam abolidos todos os morgados ou capellas, ou a parte dos mesmos, constituidos em dominios uteis de prazos, quer precedesse quer não licença dos senhorios directos.

Art. 7.º São pessoas competentes para requerer as abolições de que trata esta lei:

1.º O administrador do morgado ou capella;

2.º Quaesquer dos seus legitimos e presumptivos herdeiros na linha ascendente, descendente ou collateral;

3.º O ministerio publico.

§ unico. O ministerio publico intervem nos casos dos n.ºs 1.º e 2.º d'este artigo.

Art. 8.º Fallecendo o administrador ou o interessado requerente antes da sentença final passar em julgado, o direito de proseguir na causa transmite-se a seus herdeiros.

Art. 9.º Ficam abolidos todos os morgados ou capellas, que não forem registrados no prazo de dois annos no registro que se deve fazer nos governos civis dos districtos onde os bens estão situados, nos termos do titulo 3.º desta lei.

§ unico. Os dois annos começarão a correr da publicação do decreto do governo, que organizar o referido registro.

Art. 10.º Os bens desvinculados por effeito das diversas disposições deste titulo ficam civilmente livres de quaesquer encargos pios.

Art. 11.º As pessoas que tiverem direito sobre os vinculos existentes, não poderão exercer, quando elles se abolirem, sobre os bens de que elles se compunham, mais direitos dos que tinham antes da promulgação da presente lei.

Art. 12.º Todos os bens desvinculados em virtude das disposições dos artigos 1.º, 4.º, e 6.º, titulo 1.º, ficam desde já livres e allodiaes.

Art. 13.º Os bens desvinculados em virtude dos artigos 13.º e 22.º, ficam, logo que assim sejam declarados, livres e allodiaes em poder dos actuaes administradores.

§ 1.º Se porém estes ao tempo da promulgação da presente lei tiverem immediatos successores maiores ou por qualquer forma *sui juris*, metade dos ditos bens continuará a conservar a natureza vincular, até que, passando pela morte dos actuaes administradores para os que hoje são seus immediatos successores, se torne então livre e allodial.

§ 2.º Se o immediato successor tiver filhos ao tempo da promulgação da presente lei, os ditos bens conservarão na sua totalidade a natureza vincular, até que, passando pela morte do actual administrador para o que hoje é seu immediato successor, se torne então livre e allodial.

Art. 14.º As disposições contidas nos artigos 1.º, 4.º, 5.º, 6.º, 13.º, 16.º, 17.º, 20.º, e 23.º da presente lei, são desde já applicaveis aos morgados e capellas actualmente existentes independentemente de se achar feito o registro.

Art. 15.º E' permittido a qualquer administrador de vinculo abolir a sua natureza vincular.

Art. 16.º E' permittida a venda parcial de quaesquer bens de vinculo que não excedam a terça parte do seu valor total, com exclusiva applicação para benfeitorias necessarias ou uteis do resto do mesmo vinculo, ou para o desonerar dos encargos que tiver.

§ 1.º E' tambem permittida a hypotheca dos rendimentos dos mesmos bens vinculados, por tempo que não exceda a dez annos, até uma terça parte da sua totalidade, com o fim de remir dividas ou de fazer benfeitorias.

§ 2.º Quando houver venda e hypotheca não poderá elevar-se a somma das duas operações além da terça parte do valor total do vinculo.

Art. 17.º E' permittida a subrogação de bens vinculados, ou por outros bens livres, ou portitulos de divida fundada portugueza, e vice-versa, com tanto que haja igualdade de rendimentos.

Art. 18.º Para se levar a effeito qualquer das operações designadas nos artigos 15 e 16 devem preceder:

1.º Consentimento do immediato successor;

2.º Auctorisação do tutor ou curador e do conselho de familia, quando for menor o administrador ou immediato successor;

3.º A avaliação dos bens, ou feita amigavelmente quando os interessados forem *sui juris* e concordarem, ou judicialmente quando houver menores, ou quando houver contestação;

4.º Licença regia concedida por decreto expedido sob consulta do conselho d'estado;

5.º Escriptura publica, na qual se mencionem as declarações e condições da operação que foi auctorisada, bem como o decreto da licença regia;

6.º Registro da dita escriptura.

Art. 19.º Para as subrogações de que trata o artigo 17.º, o immediato successor é sómente ouvido para se fixar o valor dos rendimentos que figuram na subrogação.

§ unico. Não se carece para as subrogações, de licença regia, mas terá applicação a ellas o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13, se o immediato successor for menor, e bem assim o disposto na primeira parte do n.º 5 e no n.º 6 do mesmo artigo 18.

Art. 20.º Em caso que seja decretada a expropriação por utilidade publica de qualquer predio, ou parte do predio pertencente a qualquer vinculo, os bens que tenham de ser expropriados ficam desde logo livres e allodiaes, e ser-lhes-hão applicaveis as disposições do artigo 2.º

§ unico. Se a expropriação se não verificar, ficará de nenhum effeito a desvinculação.

Art. 21.º Os bens desvinculados em virtude das disposições d'esta lei tomam a natureza de livres e allodiaes em poder do administrador que até então os tinha como vinculados, salvas as excepções marcadas n'esta mesma lei.

Art. 22.º A successão dos vinculos, abrangendo varões e femeas, fica limitada aos descendentes, irmãos, filhos e netos de irmãos do administrador, salvas as excepções consignadas n'esta mesma lei.

§ unico. Extincta esta ordem de successão, os bens de vinculo ficam livres e allodiaes em poder do ultimo administrador.

Art. 23.º O administrador do morgado pôde desvincular do morgado tantos bens, quantos forem necessarios para constituir ás pessoas a quem dever alimentos, um patrimonio equivalente a esses alimentos; e com a entrega d'esse patrimonio fica cessando a obrigação de dar alimentos.

§ 1.º A parte que se pôde desvincular por effeito d'este artigo não deve em caso algum exceder a terça parte dos bens do morgado.

§ 2.º O processo que se deve seguir para se verificar a desvinculação de que trata o presente artigo, será o mesmo que esta lei marca para a alienação dos bens vinculados no artigo 16.

§ 3.º Os administradores de vinculos, em que se der esta circumstancia, pôdem a todo o tempo annexar-lhes bens equivalentes aos que por effeito d'ella tiverem sido desvinculados sem outra formalidade mais do que uma escriptura de annexação que assim o declare, e o competente registro.

## TITULO II

### Disposições especiaes

Art. 24.º Os vinculos da casa de Bragança continuam a regular-se pela mesma ordem de successão, e pelas mesmas condições até aqui estabelecidas.

Art. 25.º O preceito imposto pelo artigo 4.º não é applicavel aos morgados de que forem administradores ou immediatos successores os pares do reino, salvo se elles o reclamarem.

Art. 26.º E' permittida a annexação de quaesquer bens aos vinculos de que trata o artigo antecedente.

Art. 27.º E' garantido aos pares do reino o direito de instituir novos vinculos em bens de raiz, ou titulos de divida publica portugueza.

§ unico. Uma lei especial regulará o modo de os instituir, e as suas condições.

## TITULO III

### Do registro dos vinculos

Art. 28.º Nenhuma instituição de vinculos pôde surtir effeito algum sem ter sido registra-

da no livro de que trata o artigo seguinte.

Art. 29.º Haverá no governo civil de cada districto administrativo um livro especial, rubricado pelo governador civil, no qual serão transcriptas:

1. As instituições de vinculos que tenham bens situados n'esse districto;

2. Todas as alterações que n'elles se derem, e que segundo as disposições desta lei, devam ser lançadas no registro.

Art. 30.º Uma copia autentica dos registros de que trata o artigo antecedente será remittida, ou officialmente ou a requerimento dos interessados, para o archivo real da Torre do Tombo.

Art. 31.º Um extracto do registro de que trata o artigo 29, na parte relativa aos bens situados nos diversos concelhos, será remittido officialmente á repartição encarregada de ali fazer os registros dos immoveis respectivos.

Art. 32.º O registro dos morgados actualmente existentes devem comprehender:

1. Os titulos das instituições ou as sentenças que os derem por suppridos;

2. Os titulos de annexações, desannexações ou subrogações que tiverem sido effectuadas;

3. A descripção actual com seus valores e encargos.

Art. 33.º A posse de quaesquer bens como vinculados não interrompida durante os trinta annos anteriores á promulgação desta lei, dá direito ao registro, uma vez que este facto seja consignado por meio de uma sentença passada em julgado ou antes ou depois da mesma promulgação.

Art. 34.º São pessoas competentes para requererem o registro e para todos os actos necessarios a fim de o levar a effeito as designadas no artigo 7.º

Art. 35.º Havendo opposição de qualquer interessado ácerca da natureza dos bens, em virtude da qual elles devem estar sujeitos ao registro de que trata o artigo 9, o prazo dos dois annos marcado no mesmo artigo só começa a contar-se depois de passar em julgado a sentença que deve decidir a questão.

Art. 36.º A certidão do registro dos vinculos, passada pelos governos civis ou pelo archivo real da Torre do Tombo, fica sendo a unica prova legal da natureza vincular de quaesquer bens com exclusão de outra prova.

Art. 37.º Um decreto regulamentar do governo determinará a forma e os emolumentos do registro dos vinculos.

## TITULO IV

### Disposições geraes

Art. 38.º Para todos os processos judiciaes, que em virtude d'esta lei tiverem de se instaurar, ou em relação aos vinculos actualmente existentes, ou em relação aos que se instituirem de novo, é competente o foro da comarca, onde residir o administrador do vinculo, ou aquelle em que estiverem situados os bens que fizerem objecto do processo.

§ unico. Havendo bens situados em diversas comarcas, o foro será o da comarca onde residir o administrador do vinculo.

Art. 39.º Para fixar o rendimento dos diversos bens de que tracta a presente lei, servirá a matriz para a contribuição predial vigente ao tempo em que se fizer a operação para a qual deve regular a taxa do rendimento.

Art. 40.º A prestação do consentimento do juiz terá lugar para supprir a falta de consentimento, que nos termos d'esta lei tem de ser prestado pelo immediato successor, ou por quaesquer outros interessados nas questões vinculares, quando esse consentimento tenha sido recusado.

§ unico. As disposições d'este artigo não vedam os recursos que competirem ás partes, segundo a legislação vigente.

Art. 41.º Todo o processo, assim judicial como administrativo, a respeito dos vinculos actualmente existentes, ou dos que de futuro se crearem, será summarissimo. Não pôdem fazer-se vistorias senão a requerimento de parte, e á custa de quem as requerer.

Art. 42.º Fica revogada especialmente toda a legislação anterior relativa a capellas e morgados, e geralmente toda a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir



e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios de estado dos negocios do reino, dos negocios ecclesiasticos e de justiga, e dos negocios da fazenda, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 30 de Julho de 1860. — El-Rei, com rubrica e guarda. — Marquez de Loulé — Alberto Antonio de Moraes Carvalho — Antonio José d'Avila.

Schamyl, prisioneiro do imperador da Russia, ouvindo dizer que Abd-el-Kader se empenhára em proteger e salvar os christãos na Syria, escreveu-lhe a seguinte carta.

«Envio muito saudar áquelle que se distinguuiu entre todos; que apagou o fogo da discordia e que arrancou a arvore da inimizade, cujo aspecto se parece com a cabeça de Satanaz. Gloria a Deus, que concedeu ao seu servo a sua propria guarda e a guarda da fé! Saude ao meu amigo intimo, ao justo Abd-el-Kader.

«Que a palmeira da gloria e da honra floream sobre o teu throno! Eu ouvi cousas que os ouvidos desejariam expulsar, e que as entranhas queriam lançar de si! Cousas horriveis aconteceram entre os musulmanos e os christãos (*monacdin*) que outrora tinham feito um tratado de paz com os Kalifas. Os cabellos se me eriçaram na cabeça, e a pelle do meu rosto, que era lisa enrugou-se ao ouvir contar os acontecimentos lamentaveis de Damasco. Eu disse então! — O mal se apoderou do mar e do continente! — Não, não foi pelo serviço de Deus, mas sim pelo seu proprio interesse, que os musulmanos de Damasco fizeram semelhantes cousas. Que venda tinham sobre os olhos os governadores? Porque razão *nadaram* em um mar de crimes?

«Porque esqueceram estas palavras do propheta» — Aquelle que commetter injustiça contra um christão, que lhe negar o seu direito, que o obrigar a fazer o que fôr superior ás suas forças, e que lhe roubar os seus bens, será accusado por mim no dia da resurreição.» —

«Que bellas palavras!

«Quando eu soube que tinhas estendido as azas da misericordia e da bondade para cobrir com ellas os christãos; quando ouvi dizer que tinhas feito parar aquelles que violavam as leis divinas, não me espantou que te tivesse cabido a victoria na arena dos louvores! Agradaste-me! Posso Deus dizer outro tanto na hora suprema, em que nem o dinheiro nem os subditos servem de cousa alguma. Tu fizeste reviver as palavras do propheta enviado aos homens pela misericordia de Deus, e tu refreaste os que violam os seus decretos. Que Deus nos defenda de quem passa os limites que elle traçou!

«E' por isso que te manifesto a minha alegria e o meu contentamento n'esta carta, ramo de flores collidas no jardim do pobre prisioneiro em poder dos infieis, por decreto de Deus omnipotente.

«Schamyl o estrangeiro»

A resposta de Abd-el-Kader não é menos digna de ser conhecida dos leitores. Eil-a:

«Gloria a Deus! Louvor e saude ao propheta Mafoma e a todos os prophetas!

«O pobre em presença do rico, Abd-el-

Kader, filho Monhied-Din-el Hossaini, ao irmão em Deus e querido Ulema Schamyl. Que Deus nos proteja, a elle e a mim, no tempo do repouso e no da partida! Que a paz e a misericordia divina vos sejam concedidas!

«Recebi a tua carta e os teus amaveis louvores. O que nós fizemos a favor dos christãos era um dever religioso e um dever de humanidade. A nossa fé é a perfeição das boas qualidades. Ella contém tudo o que é louvavel e tudo o que se deve praticar. Todas as cousas virtuosas devem andar connosco como um collar ao pescoço. A injustiça é condemnada em todas as nações, e a sua habitação é immunda.

«O propheta disse: Quando chega o dia da tentação, o homem perde o juizo por tal forma, que a fealdade lhe parece formosura»

Nós procedemos de Deus e para Deus voltaremos. Vivemos em um tempo em que poucos fieis deixam triumphar a justiça em sua casa, e por isso, os homens simples chegaram a crer que a grosseria, a crueldade, a injustiça e a intolerancia eram acolhidas no islamismo! Que Deus invocado por nós, nos dê a paciencia de que hemos mister.

Sabiamos que estavas em poder do imperador da Russia, e que elle te fizera um acolhimento digno de ti. Tambem sabemos que lhe pediste licença, para fazer a peregrinação de Meca. Peça-mos a Deus que elle te a conceda. O imperador da Russia é um grande monarcha; elle merece os louvores que os que escrevem lhe dedicam. Eu espero que o sultão da Russia usará para contigo nas suas obras, com beneficencia igual á que o sultão de França tem usado para comigo.

Esperamos em Deus, unico adorado.

«Abd-el-Kader, filho de Mouhi-el-Din».

[Do nosso correspondente]

Fafe 20 de janeiro.

Sendo eu um acerrimo leitor d'esse muito luminoso jornal, hei por varias vezes notado a queixa, que fazem os correspondentes das primeiras cidades do reino acerca da falta de materia, ou mingua de factos, que chamem a attenção dos leitores: e quando nas capitães não ha coisa que torne interessante uma correspondencia, que fará nesta pequenina terra posta a par d'essas de que acabo de fallar?

Que materia poderá fornecer a um correspondente esta pequena povoação do nosso Minho, a vetusta séde do aguerrido D. Egas Fafes, valeroso filho de D. Fafes, grandiosos heroes na paz e na guerra?!

Todavia merece alguma consideração o progresso material, que ha feito de dia para dia, d'onde parece offerecer esperanças d'um porvir ameno e proveitoso.

E' pequena a terra como disse, mas nem assim deixa de occorrer por aqui um ou outro facto, que merece ser publicado, e que desafia a attenção dos leitores, e de tal natureza é o que vou contar-lhes.

No dia 16 foi a feira que n'estes dias se costuma fazer todos os mezes n'esta terra: a muita concorrência de povo ao mercado, e ainda o bello tempo que havia succedido a essa quadra invernos, que de ha muito nos flagellava, convidou-me a dar um passeio até ao pasmatorio, e fazer

parte dos feirantes: apenas chego ao passeio, ouvi expandirem-se fervorosos sons musicaes, que repercutião em todas as ruas da villa: parei, e avisto uma banda de musica, que acompanhada de grande multidão de povo, percorria as ruas.

Não admirão de certo os leitores o mover-se-me a curiosidade de perguntar qual o motivo d'aquelle disparate.

A minha primeira pergunta colheu uma resposta bastante enigmatica «— isto é allusivo aos quatro contos de reis —»

Imaginem como eu ficaria depois de semelhante resposta: o embaraço redobrou, e então encontrei um patusco, que resolveo o problema com a seguinte explicação do facto.

Um celebre boticario (ou farmaceutico por favor) d'uma freguezia d'este concelho a quem haviam sahido na loteria d'Hespanha n'os 4 contos de reis, promovia aquelles festejos, que já tinham começado no dia antecedente!!!

O homem ainda não tinha recebido o que a sorte lhe havia legado, quando já desperdiçava parte d'uma somma cujo duplo lhe não libertaria talvez os seus bens do dominio da Senhora D. Hypotheca.

Quantos n'aquelle dia olhariam com pezar para os seus bilhetes, em quanto aquelle poe em alarme toda a feira de Fafe com musica e grandes voserias!

Por hoje nada mais.

(Anonymo de Fafe).

## NOTICIAS DIVERSAS.

DEZISTENCIA. — O Ex.<sup>mo</sup> Sr. Antonio Feio dezistio da abbadia de Soutello: foi uma acção d'um verdadeiro cavalheiro. Vai ser posto a concurso este bom beneficio: dizem que é oppositor o sr. doutor Lucio, mordomo do Sr. Arcebispo, e actual abbade da freguezia da Pousa, d'este concelho.

FESTIVIDADE. — E' hoje a festa das Candeias, a que nós chamamos de Nossa Senhora da Graça. A imagem d'esta invocação festeja-se hoje na Collegiada com toda a solemnidade, e hoje é que tem lugar as vespas desempenhadas pela capella do sr. Amaral.

ROMARIA. — E' amanhã a romaria de S. Braz na freguezia de Barcelinhos, em Lavandeiras: esta romagem costuma ser muito concorrida, por ser muito perto da villa. Deus nos dispense um lindo dia, para poder-mos visitar o santo, advogado da garganta.

QUE TAL NÃO SERIA A AMETADE? — Um homem casado não usava de vestuario senão preto: perguntando-lhe certo amigo a razão d'isto, elle respondeu-lhe.

E' porque não quero, quando me morra a mulher que o publico pense, que eu tive sentimento.

TAMBEM LÁ SE VIVE. — Voltou á dias de Cabo Verde para onde tinha hido desterrado por 3 annos por crime de roubo, Manoel Sampaio d'esta villa.

LEIAM OS PRIMOS. — (Da Revolução de Setembro): — A robustez e aperfeiçoamento da humanidade oppõe-se ao amor dos primos. É facto assentado ha seculos, ainda que d'um modo indeterminado, que a falta de cruzamento na raça humana, a união de pessoas ligadas já pelos vinculos do sangue produz consequencias fataes, explicando-se assim a decadencia e extincção de familias aristocraticas. Grandes mestres da sciencia têm dedicado as suas vigílias ao esclarecimento d'este facto, tendo o con-



seguido em virtude de abundantes dados estatísticos com relação a uma larga serie de annos,

O matrimonio entre parentes acha-se summamente generalisado nos paizes protestantes, sendo mais frequentes os celebrados entre primos-irmãos.

Vão pois lá dizer aos primos que sacrifiquem o amor ao aformoseamento das raças.

A este respeito diz um jornal hespanhol, que em Genova começaram as investigações dos estadistas seguindo-se cuidadosamente os seus vestigios na Alemanha, nos Estados-Unidos, e na França.

«Eis-aqui, diz a mesma foiha, segundo os estudos feitos, as consequencias do matrimonio entre parentes proximos:

«Nas mulheres produz com muita frequência a esterilidade.

«Nos filhos, grandes e repetidas enfermidades; a maior parte d'ellas de natureza nervosa, como a epilepsia, o idiotismo, a surdo-mudez, a paralisia etc.; de natureza linfática as outras, como as escrofulas, a phthisica, e todas as demais affecções do mesmo genero, que arrebatam a humanidade uma quinta parte dos seus individuos. Outras vezes traz aos filhos uma simples debilidade, e então, ou morrem na infancia, ou no caso que cheguem á puberdade, resistem com martyrios ás enfermidades e á morte. Raras vezes todos os filhos d'uma familia escapam a esta fatal influencia. Observa-se a miudo, que n'uma mesma familia são victimas uns, e se salvam outros; e os atacados não o são sempre do mesmo modo.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS.

Os movimentos separatistas na America do Sul tomam taes proporções, e a situação dos Estados-Unidos cada vez se complica mais, de sorte que já se não pôde duvidar do triumpho d'aquelles.

Espera-se que o conflicto entre a Dinamarca e a Allemanha não trará a guerra, a pezar da linguagem bellicosa do rei da Prussia, e do parecer das commissões da Dieta de Francfort.

O «Times» de Londres, assegura que trez grandes potencias se oppoem á invasão dos Estados da Dinamarca, e que a Russia desaprova completamente os projectos attribuidos á Prussia.

A situação da Italia está dependente da tomada de Gaeta, que se não pôde fazer esperar muito, visto estar sendo bombardeada por mar e por terra.

### DESPACHOS TELEGRAPHICOS.

BAHIA DE GAETA, 22 (official). — A praça abriu um fogo vivissimo hoje ás 8 da manhã. As nossas baterias responderam immediatamente, e obrigaram a suspender o fogo.

A esquadra entra em linha hoje ao meio dia. O fogo dos sitiadores continua.

NAPOLES, 19. — Tem-se feito aqui numerosas prizoas.

ROMA, 21. — O nuncio de Sua Santidade, e os ministros de Austria, Baviera, Saxonia, Hespanha ficaram em Gaeta, e voltaram os ministros da Russia, Prussia, e Portugal.

PARIS, 22. — O boletim politico do Moniteur diz que a presença em Gaeta dos ministros de Austria, Hespanha, Baviera, Saxonia, e Portugal, não foi estranha á resolução do rei continuar a resistencia.

LONDRES, 22. — Chegaram quatro milhões de francos em metalico procedentes da Australia.

TURIN, 22. — A «Opinião» sustenta que a formação d'um reino da Italia unido e forte é conveniente á França.

A «Perseverança» confirma a noticia de que Garibaldi recommendára a concordia e a conciliação.

O mesmo periodico acrescenta que Garibaldi está resolvido a obrar d'accordo com o Conde de Cavour.

MARSELHA, 23. — Ha noticias de Roma de 19. Os piemonteses tem comprimido a insurreição na provincia de Ascoli. Assegurava-se que depois de terem tomado os legitimistas Tagliacozzo tinham sido vencidos.

Grande numero de officiaes realistas e paizanos romanos tinham penetrado nos Abruzos.

BAHIA DE GAETA, 28 (por noite). — Continuamos fazendo um fogo mui vivo. A praça corresponde lentamente.

PARIS, 20. — A Patrie desmente a noticia de que as tropas francezas se preparam a abandonar Roma.

## ANNUNCIOS.

Pelo Juizo ordinario do julgador d'Espozende, e cartorio do escrivão Pereira correm editos de trinta dias a requerimento dos Administradores da St.<sup>a</sup> Casa da Misericordia da freguezia de Fão, a chamar os auzentes Joaquim, e José, filhos que ficaram de Joaquim Antonio de Campos e mulher, também da mesma, para na segunda audiencia depois da citação verem offerecer acção de libello, juntar procuração, e contestal-o nos termos legais até final, sob pena de revelia e lançamento. (64)

No dia dez do corrente mez de fevereiro, no Tribunal Judicial

## Publicação Litteraria.

BIOGRAPHIAS DAS NOTABILIDADES NACIONAIS PARA FAZER CONCORRENCIA COM AS DA REVISTA CONTEMPORANEA

### BIBLIOTHECA DO CABRION

PUBLICAÇÃO PARA LIR ILLUSTRADA POR NOCTURNA DA SILVA

Editor—APRIGIO FAFES

Publicar-se-ha mensalmente um pequeno volume que conterá tres biographias das mais consideradas notabilidades contemporaneas em letras, sciencias, artes, e politica, com os respectivos retratos executados com a maior fidelidade em gravura de madeira. Os primeiros volumes, isto é, o 1.º e o 2.º, conterão assumptos não menos importantes, como abaixo se vê especificado.

Preço de cada volume 120 rs.—Assignatura por collecção 1\$200 rs.

COLLECÇÃO DE 12 VOLUMES DE 64 PAGINAS

- 1.º—CACHOLETAS LITTERARIAS.... com o retrato do auctor.
- 2.º—CARABAZ—poema variado, com o retrato do heroe.
- 3.º—Biographias de—D. Gustavo — Zé Ribeiro — Vate Mendes — com os retratos.
- 4.º—Biographias de—Tulú — o Cego — Luiz Palmeiro — idem.
- 5.º—Biographias de—Hercules Litterario—Serpinha—Tanas—idem.
- 6.º—Biographias de—Antonio Espectro—Juliosinho—F. Pathada—idem.
- 7.º—Biographias de—General Da-um—D. Magnifico Penafiel—Thalma-di-lá—idem.
- 8.º—Biographias de—Camello Branco—Patinho Nogueira da Silva—idem.
- 9.º—Biographias de—Rabellino—Curvo—Luso Latino—idem.
- 10.º—Biographias de—Bistri—Aprigio Fafes—Perreira Patas—idem.
- 11.º—Biographias de—Zé dos Mixilhões—Casalinho—Magalhães Lanceta—idem.
- 12.º—Biographias de—Emilia Nevada—Transborda—Conde de Cabral—idem

Além destas biographias a redacção terá promptas algumas outras para o caso de tres não encherem as 64 paginas de cada volume.

Escriptorio da empresa na rua de S. Pedro de Alcantara n. 55, sobre-loja, aonde deve ser dirigida toda a correspondencia franca de porte.

Publicou-se o 1.º volume.—Vende-se nas lojas de Lavado, rua Augusta n. 31; Pereira na mesma rua n. 50, e no escriptorio deste jornal.

Nesta Redacção subscrive-se para a publicação da supra mencionada Bibliotheca.

desta villa, se tem de arrematar varios objectos de roupas, e peças de ouro, pertencentes a João Jeronymo de Faria Velho Villas-boas, e mulher, desta villa, que se achavam empenhados em poder de Victorina Ermelinda Gonçalves Agra, desta mesma. [66]

Escrivão Sarmento.

## CASA FELIZ. PORTO

Loteria da Misericordia de Lisboa.

3.ª EXTRACÇÃO DO 1.º TRIMESTRE. PREMIO GRANDE

R. \$ 8:000:000.

CUNHA & RORIZ.

Affiançados no Governo Civil do Porto, na conformidade do edital de 28 de Junho de 1860.

Tem á venda nas suas casas de Cambio, rua das Flores n.º 1 e 3, junto á Igreja da Misericordia, e defronte da Companhia dos Vinhos n.º 96, bilhetes inteiros, a 6\$600, meios ditos, a 3\$400, quartos, a 1\$700, e cautelas de 500 reis e 250, cuja extracção terá logar no dia 5 de Fevereiro.

Satisfazem todas e quaesquer encomendas que lhes sejam feitas das provincias, com toda a pontualidade, vindo acompanhadas do respectivo importe; e remetem aos seus freguezes as listas dos premios.